

UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
(Sucessora da NACIONAL LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL)

C.G.C. nº 34.120.899/0001-06

COMPANHIA ABERTA

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, SUCESSORA DA NACIONAL LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 1996

LOCAL E HORA: Calçada das Violetas, nº 100, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, às 10 (dez) horas.

MESA : Tomas Tomislav Antonin Zinner - Presidente
Gilberto Villas Boas do Prado - Secretário.

AGENTE FIDUCIÁRIO: APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, representada pelos Srs. Paulo Roberto Pasian e Izidoro Polacow.

QUORUM: Acionistas representando a totalidade do capital social

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Dispensado na forma do Parágrafo 4º do artigo 124 da lei 6404/76.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS

Aprovado, com relação à 3ª (terceira) emissão de Debêntures da NACIONAL LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, empresa da qual a UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL é sucessora, o seguinte:

1. Face à renúncia apresentada pelo Agente Fiduciário APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com fundamento no disposto na alínea "a", inciso I, do artigo 10, da Instrução nº 28, de 23.11.83, da Comissão de Valores Mobiliários, foi escolhido como novo Agente Fiduciário da emissão de que se trata, a SANVEST TRUSTEE DTVM LTDA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2504/14, 8º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 67.030.395/0001-46, que, por intermédio de seu representante legal, presente ao conclave, Sr. Genésio Carvalho Filho, aceitou desempenhar a função.



2. alteração das condições de remuneração e repactuação das Debêntures, previstas no item 8 da cláusula IV e nos itens 5, 6 e 7 da cláusula V, da Escritura de Emissão das Debêntures em vigor, como segue:

REMUNERAÇÃO

Sobre o valor nominal das debêntures definido no item 3, da cláusula IV, da Escritura de Emissão, acrescido de remuneração com base na variação da Taxa Referencial - TR, desde a data de emissão (01.03.95) até 02.09.96, ou seja, sobre o valor de R\$ 1.426,06 (hum mil, quatrocentos e vinte e seis reais e seis centavos), incidirá, a partir da data do início de cada "Período de Incidência de Remuneração", uma taxa de remuneração pós ou pré-fixada, cujo período de incidência e respectivo percentual serão definidos pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a taxa de remuneração permanece inalterada.

Para o Período de Incidência de Remuneração, compreendido entre 02.09.1996 e 06.07.1998, fica, desde já, definida a taxa pré-fixada de 15% (quinze por cento) efetiva ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, que será paga no final do período.

A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia do mês, será efetuada mediante a aplicação "pro-rata-temporis" da taxa de remuneração, se houver.

REPACTUAÇÃO

O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar e comunicar aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, retro definido, das debêntures desta emissão, o seguinte:

- a. o prazo do próximo Período de Incidência de Remuneração;
- b. a modalidade e percentuais da taxa de remuneração e de prêmio, este se houver, a vigor durante o próximo Período de Incidência de Remuneração;
- c. as datas de vencimento da taxa de remuneração e do prêmio, este se houver.

As condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA serão comunicadas aos debenturistas na forma do item 13, da cláusula IV, da Escritura de Emissão, concedendo-se o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação, para que os debenturistas que



não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela aquisição de seus títulos pela EMISSORA, cujos procedimentos serão divulgados no aludido aviso.

A EMISSORA se obriga a adquirir dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, referidas neste item, as debêntures da presente emissão, pelo seu valor nominal, acrescido da taxa de remuneração e prêmio vencido, este se houver.

As debêntures adquiridas na forma do Parágrafo anterior poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros.

3. alteração do jornal destinado à publicação dos atos e decisões decorrentes da emissão de que se trata, mencionado no item 10, da cláusula IV, da Escritura de Emissão, para "Gazeta Mercantil"
4. Em decorrência da aprovação das matérias retro mencionadas, do cancelamento das 100 (cem mil) debêntures da 2ª (segunda) série da emissão de que se trata, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, realizada em 07 de junho de 1.995, e da conseqüente exclusão da cláusula V, da Escritura de Emissão, cujos itens 5, 6 e 7 tratavam respectivamente de juros remuneratórios, prêmio e repactuação das debêntures da 1ª (primeira) série da emissão de que se trata, bem como da alteração da redação e renumeração do item 10 e, conseqüentemente, dos demais itens, da cláusula IV, da Escritura de Emissão, foi aprovada ainda a consolidação da redação da Escritura de Emissão das Debêntures, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, (SUCESSORA DA NACIONAL LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL)

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL (sucessora da NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Calçada das Violetas, nº 100, inscrita no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 34.120.899/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, SANVEST TRUSTEE DTVM LTDA, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2504/14, 8º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão, vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente escritura de emissão de debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:



Handwritten signatures and initials, including a large 'V' and '66'.

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 23 de fevereiro de 1995, com as modificações aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 17 de setembro de 1.996.

II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A presente emissão de debêntures foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis n°s 6.385, de 07/12/1976 e 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes, com vistas à sua distribuição pública e negociação em mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de colocação na oferta primária.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a emissão das debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas na forma da lei.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente escritura de emissão foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri - SP.

III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características:

1. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA

Será adotado o procedimento diferenciado para distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. MONTANTE DA EMISSÃO

O valor total da emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na data de emissão.



3. QUANTIDADE DE TÍTULOS, VALOR NOMINAL UNITÁRIO E SÉRIES

Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em 02 (duas) séries, sendo 100.000 (cem mil) da 1ª (primeira) série e 100.000 (cem mil) da 2ª (segunda) série.

4. CANCELAMENTO DA 2ª SÉRIE

A Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, realizada em 07 de junho de 1.995, aprovou o cancelamento das 100 (cem mil) debêntures da 2ª (segunda) série desta emissão, em razão de as mesmas não terem sido colocadas junto ao público.

5. FORMA E CONVERTIBILIDADE

As debêntures serão não conversíveis em ações, nominativas, não endossáveis.

6. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01 de março de 1995.

7. DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de março de 2001.

8. ESPÉCIE

As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada.

9. REMUNERAÇÃO

Sobre o valor nominal das debêntures definido no item 3, retro, acrescido de remuneração com base na variação da Taxa Referencial - TR, desde a data de emissão (01.03.95) até 02.09.96, ou seja, sobre o valor de R\$1.426,06 (hum mil, quatrocentos e vinte e seis reais e seis centavos), incidirá, a partir da data do início de cada "Período de Incidência de Remuneração", uma taxa de remuneração pós ou pré-fixada, cujo período de incidência e respectivo percentual serão definidos pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

9.1. Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a taxa de remuneração permanece inalterada.



9.2. Para o Período de Incidência de Remuneração, compreendido entre 02.09.1996 e 06.07.1998, fica, desde já, definida a taxa pré-fixada de 15% (quinze por cento) efetiva ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, que será paga no final do período.

9.3. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia do mês, será efetuada mediante a aplicação "pro-rata-temporis" da taxa de remuneração, se houver.

10 - REPACTUAÇÃO

O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar e comunicar aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, retro definido, das debêntures desta emissão, o seguinte:

- a. o prazo do próximo Período de Incidência de Remuneração;
- b. a modalidade e percentuais da taxa de remuneração e de prêmio, este se houver, a vigor durante o próximo Período de Incidência de Remuneração;
- c. as datas de vencimento da taxa de remuneração e do prêmio, este se houver.

11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal, acrescido da remuneração e prêmio se houver, previstos nesta escritura de emissão, calculados de forma "pro-rata-temporis" da data de emissão até a data de subscrição. As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

12. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

13. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser publicados, na forma de avisos, no jornal Gazeta Mercantil.

14. LOCAL DO PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da



EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim.

15. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir em dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

16. JUROS DE MORA

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (hum por cento) ao mês, além da taxa de remuneração e prêmio, este se houver, tal como estabelecido neste instrumento, calculados deste a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento da taxa de remuneração ou prêmio, este se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

18. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido da taxa de remuneração e prêmio, este se houver, calculados na forma da presente escritura, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) Decretação de falência da EMISSORA;
- d) Falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, prevista nesta escritura de emissão.



19. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao do seu valor nominal, observado o disposto no artigo 55 da lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, a taxa de remuneração e o prêmio, este se houver, devidos pela EMISSORA, serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

20. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da EMISSORA, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal, da taxa de remuneração e prêmio, este se houver, a que fizerem jus.

21. AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA

A EMISSORA compromete-se a adquirir, pelo valor nominal, acrescido da taxa de remuneração e prêmio, este se houver, nas datas de repactuação, a totalidade das debêntures em circulação relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições das repactuações deliberadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à EMISSORA, deverá se habilitar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da respectiva publicação, mediante o registro formal protocolado junto à prestadora de serviço de debenturistas ou junto à EMISSORA. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

22. DELEGAÇÃO

Foi delegado ao Conselho de Administração da EMISSORA com referência às deliberações tomadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias referidas na cláusula III desta Escritura, poderes para a deliberação das matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15/12/76.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

1.2) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
66-
[Handwritten signature]

- 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.
2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
 3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
 4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.
 5. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de rendimentos e/ou principal das debêntures objeto desta escritura.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, SANVEST TRUSTEE DTVM LTDA, retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração

Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) 01 (uma) parcela de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de sua nomeação como Agente Fiduciário;



- b) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), vencíveis 01 (hum) ano após o primeiro pagamento constante na alínea "a" anterior, e assim sucessivamente até a data do vencimento das debêntures;
- c) As parcelas do item "b" acima serão reajustadas com base na mesma taxa de remuneração das debêntures objeto desta emissão. Caso, por força de norma legal ou regulamentar, referidas parcelas não possam ser reajustadas na forma retro estabelecida, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, de comum acordo, estabelecerão um indexador de ampla divulgação e que melhor represente a perda do poder aquisitivo da moeda nacional no período considerado, para reajustar referidas parcelas;
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens, estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA;
- e) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrente da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas;
- f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta escritura da emissão;
- g) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetua-la.



- 3.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 3.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para este fim.
- 3.3. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.
- 3.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a escritura de emissão.
- 3.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- 3.6. Aplicam-se as hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além dos outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificação das debêntures ;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores Cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 13, da cláusula III, desta escritura de emissão;
- k) comparecer à assembléia de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
 - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;



- l.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de remuneração e prêmio das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;
 - l.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - l.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - l.8) relação de bens e valores entregues à sua administração;
 - l.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta escritura;
 - l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais;
- m.1) na sede da EMISSORA;
 - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures;
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 13, da cláusula III, desta escritura, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;



r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta escritura de emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

r.1) à CVM;

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;

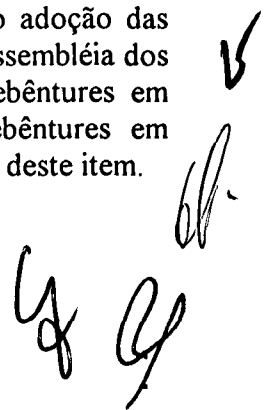
5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) Declarar, observadas as condições da escritura de emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) Requerer a falência da EMISSORA;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;

5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra “a” acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente desta escritura de emissão.

5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” e “c” do caput deste item se, convocada assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea “d” do caput deste item.



6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do subitem 5.1., retro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

1. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM.
2. Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na lei 6404/76 para a assembléia geral dos acionistas da EMISSORA.
3. A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
4. Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.
5. A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
6. Nas deliberações da assembléia cada debênture dá direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
8. Para efeito da constituição do quorum a que se refere o item anterior, serão excluídas do número das debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA.



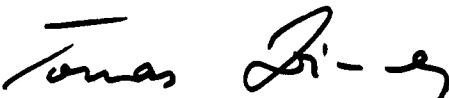
VII - DO FORO

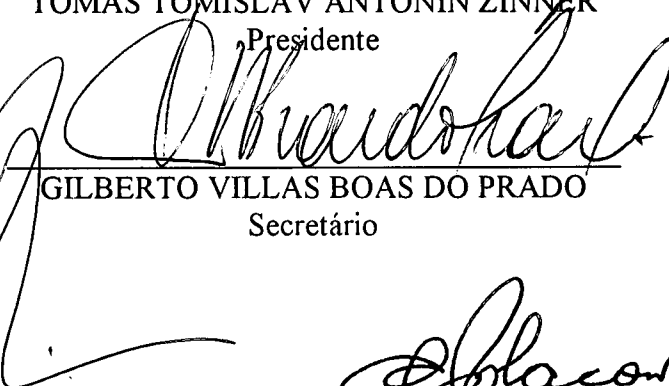
O foro da presente escritura será o da cidade de Barueri - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura."

ACIONISTAS: p/ UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.- Carmo Tuffy João e Gilberto Villas Boas do Prado - Diretores; Gabriel Jorge Ferreira, Tomas Tomislav Antonin Zinner e Israel Vainboim.

ENCERRAMENTO: Nada mais tendo sido tratado a assembléia foi encerrada com a lavratura desta ata sumária, que foi aprovada e assinada pelos presentes.

Barueri, 17 de setembro de 1996

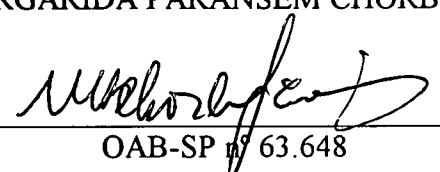

TOMAS TOMISLAV ANTONIN ZINNER
Presidente


GILBERTO VILLAS BOAS DO PRADO
Secretário


APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA


SANVEST TRUSTEE DTVM LTDA

MARGARIDA PARANSEM CHORBAJIAN


OAB-SP nº 63.648

